



NOTA DE IMPRENSA

Parque Natural do Baixo / Bajo Guadiana Internacional

As associações Almargem, Altela e AMA (Algarve), a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA), Fundación Pura Vida, Proyecto Intersur, Greenpeace e Ecologistas en Acción (Espanha) foram hoje recebidos, no âmbito da Presidência portuguesa da União Europeia, por responsáveis dos Ministérios do Ambiente de Portugal e Espanha para entrega de uma proposta de criação do Parque Natural do Baixo Guadiana Internacional. A reunião decorreu no Ministério do Ambiente, em Lisboa, e contou nomeadamente com a presença do Secretário de Estado do Ambiente de Portugal, Humberto Rosa, e do Secretário-Geral do Ministério de Ambiente de Espanha, António Serrano.

Da parte dos responsáveis governamentais de ambos os países foi realçado o grande interesse desta proposta e a grande abertura actualmente existente no que respeita a projectos de desenvolvimento e conservação da natureza de carácter transfronteiriço, a qual em breve terá efeitos concretos no que respeita as respectivas legislações nacionais.

As organizações ecologistas das duas margens do Guadiana aproveitaram para realçar a pertinência da sua proposta tendo em conta a urgência em proteger a paisagem, os habitats, a fauna, a flora e os valores culturais de uma região que alberga uma das áreas fluviais e de estuário melhor conservadas da Península Ibérica, face ao avanço dos interesses urbanísticos especulativos e à completa ausência de uma gestão concertada de um território que é comum a dois países.

Realçaram também a importância da adequada preservação do Baixo Guadiana Internacional como área fundamental para o desenvolvimento de qualquer plano de recuperação das populações de lince-ibérico no sudoeste peninsular e em particular como corredor de expansão natural para as serras do Baixo Alentejo e do Algarve da população de lince da Sierra Morena, actualmente a única população natural com algum tipo de viabilidade a médio prazo.

Da parte das organizações ecologistas e dos responsáveis governamentais de Portugal e de Espanha existiu consenso em torno da necessidade de discutir de forma aberta e aprofundada esta proposta com as autoridades locais e regionais, nomeadamente a Junta de Andaluzia e as autarquias ribeirinhas do Baixo Guadiana português e espanhol.

Lisboa, 31 de Agosto de 2007